## Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 16

correio Braziliense - df - política receita federal do Brasil CPI apura suspeita de corrupção
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Resistência da inflação surpreende Banco Central
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO RECEITA FEDERAL DO BRASIL A gestação da Receita Federal Mundial - HELIO BELTRÃO
o estado de s. paulo - economia e negócios receita federal do brasil Equipe econômica estuda elevar isenção do IR para R\$ 2,5 mil
o globo - rj - economia receita federal do brasil Governo estuda elevar faixa de isenção do IR para R\$ 3 mil em 20239
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Atraso no pagamento do IR reduz ganhos de iniciantes na bolsa
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL  Justiça anula condenação penal de contribuinte
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SERVIDOR PÚBLICO  Reforma abre espaço para nomeação livre de 1 milhão de cargos
o estado de s. paulo - economia e negócios servidor público Consolidação fiscal, política econômica e inflação (2)
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA
Mudança do IR não cumpre promessa eleitoral de Bolsonaro
"Esse modelo de privatização é um desrespeito"
A desigualdade e o IR (3)
Folha e Ibre/FGV debatem tributo maior e pobreza
Senado aprova MP que aumenta as alíquotas de CSLL
Leilões de aeroportos regionais se multiplicam pelos Estados

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA
Dólar perde força e fecha abaixo de R\$ 527
FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER ECONOMIA
Bolsonaro diz fazer o que quer; lembre quando ele fez mesmo
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA
Sua casa, os juros do BC e Bolsonaro - VINICIUS TORRES FREIRE
FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
BC considerou aumentar ritmo de alta dos juros já na semana passada
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA
O presidente nervoso (3)
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA
A crise hídrica e o PIB - FÁBIO ALVES
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA
Falta mão de obra qualificada - ZEINA LATIF
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA
Analistas já preveem crescimento do PIB de até 5,8%
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA
Projeções otimistas para este ano não "contaminam" cenário de 20224
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA
MB vê impacto menor de 3°onda e eleva PIB a 4,7%
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
O recente debate fiscal (2)
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA
Mercado de trabalho fraco aprofunda a desigualdade (3)4
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS ECONOMIA
Subsídios agrícolas globais continuam a crescer4
VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS ECONOMIA
Líder de mercado, Banco do Brasil vai ofertar R\$ 135 bi46

## CPI apura suspeita de corrupção



Bruna LimaSarah Teófilo

Investigações do Ministério Público Federal (MPF) acrescentaram elementos importantes para a CPI da Covid, que segue agora uma nova frente de investigação em relação ao contrato de R\$ 1,6 bilhão do governo federal com a farmacêutica indiana Bharat Biotech, representada no Brasil pela Precisa Medicamentos, para aquisição de 20 milhões de doses da Covaxin. A comissão quer apurar o "cumpliciamento entre agentes privados e agentes públicos em detrimento do Erário público", como destacado, ontem, pelo vice-presidente, Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Segundo o senador, existem "outros crimes, a partir de agora, a serem investigados pela CPI".

A iniciativa ocorreu após o envio de investigação da Procuradoria da República do Distrito Federal sobre o contrato com a Precisa. Em depoimento ao Ministério Público Federal (MPF), um servidor do Ministério da Saúde relatou "pressões anormais" em relação à Covaxin por parte da alta cúpula da pasta. Os senadores, então, decidiram ouvir o funcionário, Luís Ricardo Miranda, irmão do deputado federal Luís Claudio Miranda (DEM-DF), que também vai depor. A oitiva dos dois, na condição de testemunhas, foi marcada para sexta-feira, e há grande expectativa por parte de senadores, que a enxergam como um "depoimento bomba".

O depoimento é considerado tão importante que a CPI desmarcou o interrogatório do assessor internacional da Presidência da República, Filipe Martins, que seria na sexta-feira. A decisão foi tomada, ontem, pelos senadores que integram o G7. Houve uma conversa prévia com o deputado, que se colocou à disposição para também ser ouvido com o irmão. Os senadores não revelam o teor do que o parlamentar tem para

acrescentar. Questionado sobre o motivo de convidar Luís Miranda a depor, o presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), apenas pontuou: "Porque o deputado disse que iria junto ao irmão e que os dois têm o que falar".

Rodrigues afirmou ser inevitável ouvir o servidor. "A partir das deliberações que tomaremos amanhã (hoje) (a aprovação de requerimentos de convocação e quebras de sigilo), a comissão entra em uma terceira e decisiva fase, que é a de investigação de outros crimes, além dos anteriores", disse. "Até então, os indícios eram de crimes contra a ordem sanitária, precarização. Nós vamos entrar agora numa área de investigar a ocorrência de corrupção ativa e passiva por parte de agentes públicos e privados."

## Suspeitas

Em depoimento à procuradora da República Luciana Loureiro Oliveira, Luís Ricardo relatou que havia pressões, "por meio de mensagens de texto, e-mails, telefonemas, pedidos de reuniões" para resolver entraves em relação à importação da Covaxin. A compra do imunizante ocorreu por ordem do presidente Jair Bolsonaro.

Num despacho, de 16 de junho e cujo teor veio a público ontem, a procuradora aponta suspeitas em relação às negociações do governo federal para a aquisição da vacina indiana. Ela pede abertura de investigação específica sobre as tratativas, ressaltando que, apesar de o contrato prever entrega de 20 milhões de doses até 70 dias após a assinatura do contrato (ocorrida em 25 de fevereiro), isso não ocorreu, e também não houve atitude corretiva por parte do governo para a execução do contrato.

"Somada ao histórico de irregularidades que pesa sobre os sócios da empresa Precisa e ao preço elevado pago pelas doses contratadas, em comparação com as demais, torna a situação carecedora de apuração aprofundada, sob duplo aspecto cível e criminal, uma vez que, a princípio, não se justifica a temeridade do risco assumido pelo Ministério da Saúde com essa contratação, a não ser para atender a interesses divorciados do interesse público", enfatizou.

Após o despacho, foi aberta uma notícia de fato no 11º Ofício de Combate ao Crime e à Improbidade Administrativa. De acordo com Luciana Loureiro Oliveira, "apurou-se que a empresa tem, entre suas sócias, a Global Saúde". A empresa, segundo a

procuradora, há pouco mais de três anos, negociou um contrato "para venda de medicamentos ao Ministério da Saúde, mas não os entregou, causando prejuízos a centenas de pacientes dependentes de medicamentos de alto custo e prejuízo de mais de R\$ 20 milhões ao Erário, ao que consta, ainda não ressarcidos". O fato gerou uma ação de improbidade administrativa em face do então ministro da Saúde, Ricardo Barros, e de outros servidores, que têm um inquérito policial em curso.

Cada dose da Covaxin foi comprada pelo governo por US\$ 15, valor mais elevado do que a da Pfizer, por exemplo, que foi de US\$ 12. Essa questão também foi pontuada pela procuradora. À época em que o contrato foi assinado, não havia sequer estudo fase 3 da vacina no Brasil aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Somente em 14 de maio deste ano a agência deu aval à realização de ensaios clínicos do imunizante no Brasil.

A vacina ainda sofre restrições de importação, ficando permitido, no início de junho, somente o uso sob condições controladas, concessão que pode ser suspensa, "caso o pedido de uso emergencial em análise pela Anvisa ou pela Organização Mundial da Saúde (OMS) seja negado, ou ainda com base em informações provenientes do controle e do monitoramento do uso da vacina Covaxin no Brasil", como informa a agência. Telegramas do Itamaraty, entregues à CPI e revelados pelo Correio na edição de ontem, mostraram a insistência do governo para a aquisição do imunizante.

## Defesa

Em nota enviada ao Correio, a Precisa disse desconhecer oficialmente "qualquer investigação do Ministério Público Federal em relação ao contrato firmado para importação de vacinas", mas que está à disposição da CPI para prestar esclarecimentos. Defendeu, ainda, que os preços firmados em contrato com o Brasil foram inferiores aos cobrados a hospitais privados, cujo "preço da dose foi definido em US\$ 16".

"A Precisa informa que as tratativas entre a empresa e o Ministério da Saúde seguiram todos os caminhos formais e foram realizadas de forma transparente junto aos departamentos responsáveis do órgão federal", frisa.

Senadores reclamam que documentações com especificações do contrato e detalhamento de valores, já requisitados pela CPI, não foram apresentadas. "O Brasil todo está ouvindo. Não é possível que o Ministério da Saúde não ouça", destacou Omar Aziz, pedindo celeridade à pasta.

Citada no pedido de abertura de inquérito da PRDF, a Global Gestão em Saúde, do mesmo grupo da Precisa, não entrou no mérito dos contratos da Covaxin e admitiu que os valores devidos estão sendo discutidos junto à **Receita Federal**, "restando a apuração dos valores devidos e dos créditos a que a Global Gestão em Saúde tem direito". Segundo a empresa, "todas as tratativas com os órgãos competentes estão em andamento de forma legal".

O Ministério da Saúde afirmou que ainda não fez nenhum pagamento relativo ao contrato. De acordo com a pasta, a consultoria jurídica analisa o caso.

## Empresas na mira

Essa nova frente citada pelo senador Randolfe Rodrigues não envolve apenas a Precisa, mas também as empresas produtoras de cloroquina e ivermectina. O parlamentar informou que esse "cumpliciamento entre agentes privados e agentes públicos em detrimento do Erário público" envolve, também, as fabricantes de hidroxicloroquina, como a Apsen e a EMS.

## Na esteira de Manaus

A investigação surgiu a partir do inquérito cível que apura suspeita de improbidade administrativa do exministro da Saúde Eduardo Pazuello e de outros integrantes da pasta na distribuição de cloroquina durante a crise de oxigênio em Manaus. Na apuração, surgiu a suspeita em relação à Precisa, e a procuradora pediu, no despacho, abertura de investigação criminal específica da empresa. E a partir desse despacho, foi aberta notícia de fato.

## Resistência da inflação surpreende Banco Central



VERA BATISTA

A força da inflação surpreendeu o Banco Central (BC). A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem, avaliou que a pressão inflacionária tem sido maior que a esperada, principalmente entre bens industriais. Foi com base nessa percepção que o colegiado decidiu, na semana passada, por unanimidade, elevar a taxa básica de juros (Selic) em 0,75 ponto percentual, para 4, 25% ao

ano. Para a próxima reunião, em agosto, a previsão é de nova alta de 0,75 ponto percentual. O BC avisou, no entanto, que se a **inflação** continuar pressionada, pode adotar ajustes mais duros.

O colegiado também considerou que a deterioração do cenário hídrico sobre as tarifas de energia elétrica contribui para manter a **inflação** elevada no curto prazo, mesmo com a recente valorização do real ante o dólar americano. Para boa parte dos analistas, o texto da ata indica que o BC está disposto a acelerar a elevação dos juros, alcançando mais rapidamente o chamado patamar neutro, em que os juros não estimulam nem inibem a atividade econômica e os preços, que seriam, atualmente, de 6,5% ao ano.

Para André Perfeito, economista-chefe da Necton Investimento, com todos os fatores de risco da economia, o BC não terá outra opção a não ser elevar a Selic "mais rapidamente para seu patamar neutro". Mas a decisão futura do Copom vai depender das alterações da inflação, principalmente dos serviços, e como as expectativas vão se comportar. No entanto, esses fatores, diz ele, tendem a piorar nas próximas semanas, tendo em vista a recente alta da energia elétrica. "Mantemos a leitura de que a autoridade monetária irá subir em 1 ponto percentual a Selic na próxima reunião, e o que justifica isso são os motivos apresentados no próprio documento", assinalou. As metas perseguidas pelo BC para o Índice de preços ao consumidor Amplo (IPCA) são de 3,75% neste ano e de 3,5% em 2022 - com tolerância de 1,5 ponto para mais ou para menos. Segundo a ata do Copom, o cenário para a inflação envolve fatores de risco em duas direções. Por um lado, espera que uma possível reversão, ainda que parcial, do aumento recente nos preços das commodities internacionais em moeda local, o que produziria trajetória de inflação menor. Por outro, considera novos prolongamentos das políticas fiscais de resposta à pandemia que pressionem a demanda agregada e piorem a trajetória fiscal podem elevar os prêmios de risco do país.

"Apesar da melhora recente nos indicadores de sustentabilidade da dívida pública, o risco fiscal elevado segue criando uma assimetria altista no balanço de riscos, ou seja, com trajetórias para a **inflação** acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária", assinalou o BC.

Com base nas estimativas para as taxas de juros e de câmbio do mercado financeiro, reunidas na pesquisa Focus, as projeções de <u>inflação</u> do Copom estão em torno de 5,8% para 2021 e 3,5% para 2022, com juros se elevando para 6,25%, neste ano, e para 6,5%, em 2022. "Nesse cenário, as projeções para a <u>inflação</u> de preços administrados são de 9,7% para 2021 e 5,1% para 2022. Adota-se uma hipótese neutra para a bandeira tarifária de energia elétrica, que se mantém em "vermelha patamar 1" em dezembro de cada ano", reforçou a ata.

Rachel Sá, chefe de economia da Rico Investimentos, afirmou que, se o BC for bem-sucedido na tarefa de controlar a **inflação** (especialmente no ano que vem, já que a política monetária demora um tempo para fazer efeito na economia real), a alta dos juros é um movimento positivo, e o resultado será a economia voltar ao normal, crescimento saudável da **inflação** e do crédito, sem necessidade de impulsos adicionais. Diante das decisões do Copom, ela destaca que "o investidor deve esperar a intensificação dos impactos vistos na semana passada, especialmente na renda fixa (redução da inclinação da curva de juros - maiores taxas de curto prazo, menores de longo prazo), e, no câmbio, o reforço da tendência de apreciação do real".

## Economia real

Para o economista Cesar Bergo, sócio consultor da Corretora OpenInvest, o BC está no caminho certo, embora não seja possível ficar dentro da meta neste ano. "Em 2021, os juros devem ficar em 6,5%, mesmo patamar que a **inflação**, ou juro real zero. Significa que o BC vai retomar as expectativas iniciais, pelo menos de 1 ponto percentual", afirmou.

O grande problema, disse Bergo, é a economia real. "O crédito deve ficar mais caro. Os bancos devem repassar imediatamente essa alta. E o objetivo é esse mesmo, para reduzir a liquidez. Até porque a previsão para o IPCA, divulgado no Boletim Focus do BC, já está em 5,8%, em 2021", apontou o economista. Se, por um lado, a alta da Selic a princípio afeta o tomador de crédito, por outro, pode evitar que a população tenha que conviver com a chamada inflação inercial, que é a remarcação preventiva de preços, destacou.

Receita libera segundo lote de restituições do IR

A Receita Federal vai liberar, a partir das 10 horas de hoje, a consulta ao segundo lote das restituições do Imposto de Renda de 2021. No total, serão devolvidos R\$ 6 bilhões a 4,2 milhões de contribuintes. A lista inclui restituições residuais dos exercícios de 2008 a 2020, referentes a declarações que foram retidas na malha fina. O dinheiro será depositado nas contas bancárias indicadas pelos contribuintes em 30 de

junho. Para saber se a restituição está disponível, é preciso acessar a página da Receita na internet (www.receita.fazenda.gov.br), clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, em "Consultar a Restituição".

## A gestação da Receita Federal Mundial - HELIO BELTRÃO

## HELIO BELTRÃO

Nos anos 1960, o tema dos **impostos** crescentes impactou as biografias e obras de grandes artistas de rock. No Reino Unido, Harold Wilson, um barão trabalhista, que governou entre 1964 e 1970 (e entre 1974 e 1976), foi homenageado com uma canção dos Beatles.

Wilson implementou um imposto confiscatório sobre a renda. Não ficou por aí: estabeleceu a infame "cláusula dos Beatles". Esta previa que a antecipação de rendimentos futuros, anteriormente tributada como ganho de capital, fosse considerada renda normal, sujeita a alta alíquota progressiva. Naqueles meados dos anos 1960, os Beatles começavam a ganhar muito dinheiro, mas o fisco britânico passou a tomar quase tudo.

O grupo conhecido até então por seu lirismo sobre o amor, a vida, e carros, emplacou "Taxman" (álbum "Revolver", 1966), sua primeira obra política, composta pelo beatle mais pacífico e zen: George Harrison. Começa assim: "Vou te dizer como vai ser / um para você, dezenove para mim".

A cláusula dos Beatles teve como resposta uma letra ácida sobre o poder arbitrário estatal: "Se tiver um carro, taxo a rua; se tentar sentar, taxo o assento; se ficar com frio, taxo o aquecimento; se caminhar, taxo seus pés".

Não era exagero. O poder central é legitimado a perseguir o cidadão onde quer que esteja. "Não gostou, aperte um botão na próxima eleição e torça, ou mude de país", responde no ato o estatista tradicional. Na Europa medieval, várias centenas de principados e ducados competiam pela atração de população. Se os **impostos** fossem altos em uma jurisdição, os súditos pegavam suas trouxas e se mandavam para um outro ducado. A população votava com os pés.

Nos anos 1970, pelo menos os mais talentosos ainda podiam votar com os pés: a debandada foi geral. Entre os roqueiros, Mick Jagger, Keith Richards, Pink Floyd, Led Zeppelin, Lennon, Ringo, David Bowie, Rod Stewart buscaram um país que permitisse que retivessem uma parte um pouco maior de seu suado trabalho. Até Cat Stevens, coitado, comprou um

apartamento perto da lagoa Rodrigo de Freitas. Oh, baby, it's a wild world!

A proposta do G7 de impor a todos os países do mundo uma alíquota mínima de Imposto de Renda tem por propósito algemar os pés das multinacionais. Não importa onde estabeleçam sua sede, a ideia é que sejam taxadas proporcionalmente às suas operações em cada país, pagando pelo menos a alíquota mínima em cada um dos países.

É um cartel, puro e simples, garantindo que não haja via de escape. É o prólogo de uma Receita Mundial, um leão global todo-poderoso.

O governo Biden pretende aumentar a alíquota de empresas americanas a 28% de imediato para cobrir gastos crescentes, mas sabe que o efeito seria diluído se as empresas pudessem buscar países mais amigáveis, como a Irlanda (que cobra 12,5%), a Macedônia do Norte (10%), a Hungria (9%) ou outros com nível geral de **impostos** baixos. A proposta do G7 caiu como uma luva. Foi vendida por Janet Yellen, secretária do Tesouro, como essencial para a "melhoria do bem-estar da classe média e do ambiente".

Pense no que ocorreria se as companhias telefônicas anunciassem conjuntamente que passariam a cobrar ao menos R\$ 100 por seus planos de dados em nome da melhoria do bem-estar de seus clientes. Ensejaria uma revolta geral e aplicação máxima de lei de defesa da concorrência. Mas o Estado pode.

Não sem custos, no entanto. Wilson quebrou o Reino Unido ao punir a atividade produtiva, e foi necessário o doloroso e brilhante governo de Margaret Thatcher para que voltasse aos trilhos.

Aqui, Paulo Guedes parece ter esquecido a lição de sua guru e pretende aumentar **impostos** sobre empresas. Não ganhará um rock, mas um réquiem. Será o fim do governo.

## Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495

# Equipe econômica estuda elevar isenção do IR para R\$ 2,5 mil



Tempo. Pedido de Bolsonaro pode atrasar finalização do projeto, que era esperada para hoje

## Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Concentrada nos últimos detalhes do projeto do Imposto de Renda, a equipe econômica está tendo de fazer novas simulações para alterar a proposta e subir de R\$ 2,4 mil para R\$ 2,5 mil por mês a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Hoje, quem ganha até R\$ 1,9 mil mensais está isento.

Vários cenários estão sendo considerados, com arranjos distintos, para atender à demanda do presidente Jair Bolsonaro.

Segundo técnicos da <u>Receita Federal</u> envolvidos na elaboração das simulações, uma das propostas é não dar o mesmo porcentual de correção para todas as faixas da tabela do IRPF. Hoje, elas são de 7,5% (para ganhos entre R\$ 1,9 mil e R\$ 2,8 mil), 15% (de R\$ 2,8 mil a R\$ 3,7 mil), 22,5% (de R\$ 3,7 mil a R\$ 4,6 mil) e 27,5% (acima de R\$ 4,6 mil).

A medida diminuiria o tamanho da perda de arrecadação e impediria que contribuintes com maior renda no final da tabela (alíquota de 27,5%), por exemplo, fossem muito beneficiados pela medida. Isso porque as alíquotas não são cobradas integralmente sobre os rendimentos.

Quem ganha R\$ 4 mil por mês, por exemplo, não paga 22,5% sobre toda a parte tributável do salário. Os "primeiros" R\$ 1.903,98 são isentos. O que passar desse valor, e não superar os R\$ 2.826,65, é tributado em 7.5%. E assim sucessivamente.

Uma das críticas de uma correção da tabela geral na mesma proporção é a perda de arrecadação grande num cenário de restrição fiscal. Além disso, a medida não aumenta a chamada progressividade (o que faria com que quem ganha mais pagasse proporcionalmente mais) do sistema tributário brasileiro.

Por outro lado, um dos riscos é não atender inteiramente à promessa do presidente de agradar à classe média.

Fontes informaram que está próxima a decisão que será incluída na projeto, mas é provável que o texto não seja finalizado hoje como queria o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL).

Pressão. O projeto deve manter a isenção dada hoje sobre o ganho das Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e do Agronegócio (LCA). A equipe econômica defende o fim da isenção, mas a pressão política e do mercado tem sido grande para mantê- la. Até o momento, prevalece a proposta do ministro da Economia, Paulo Guedes, de taxar a tributação de lucros e dividendos com 20% e uma faixa de isenção de R\$ 20 mil por mês e o fim do chamado Juros sobre Capital Próprio (JCP). Esse instrumento é uma forma de as empresas remunerarem seus investidores que pode ser abatida como despesa fazendo a empresa pagar menos IR.

A proposta prevê uma redução da alíquota do IR das empresas de 25% para 22,5% em 2022.

Em 2023, a alíquota cai mais, para 20%. Também haverá tributação dos fundos fechados exclusivos usados para investimentos dos super-ricos.

## I Rendimentos

20% é a tributação sobre lucros e dividendos que está sendo proposta pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, além de uma faixa de isenção de R\$ 20 mil por mês

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

# Governo estuda elevar faixa de isenção do IR para R\$ 3 mil em 2023



GERAL DA DOCA gerakla.doca@bsb.og1obo.com.br BRASÍLIA

A equipe econômica avalia elevar a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para pessoa física de forma gradual, em dois anos. Segundo fontes a par do assunto, o limite de R\$ 1.900 subiria para pouco menos de R\$ 2.500 em2022 e para R\$ 3 mil em 2023. A solução teria como objetivo reduzir o impacto da renúncia fiscal na arrecadação até que a atividade econômica se recupere.

Ao aumentar a faixa de isenção do IR, o presidente Jair Bolsonaro fará um gesto político para as pessoas de baixa renda, de olho nas eleições de 2022. O plano seria contemplar também a classe média, com a ampliação das faixas de tributação (de 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%). Não faz parte da proposta, segundo técnicos da Economia, acabar com as deduções dos contribuintes com saúde e educação.

Na campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro chegou a defender ampliar o limite para R\$ 5 mil. Hoje, estão livres do tributo rendimentos até R\$ 1.903,98.

Elevar de uma só vez a faixa de isenção para R\$ 3 mil teria impacto nas contas públicas de 2022 na ordem de R\$ 30 bilhões. A reforma em duas etapas diluiria esse efeito sobre o caixa da União. Os detalhes da medida ainda não foram finalizados, mas fontes a par das negociações afirmaram que a mudança em fases é uma das ideias em debate.

TAXAÇÃO DE DIVIDENDOS

Nesse cenário, as medidas para compensar a perda de arrecadação prevista com o alívio no IR também seriam feitas de forma escalonada. A principal delas seria a taxação de dividendos, que hoje são isentos.

A tributação sobre esses ganhos passaria a ser de 15% no ano que vem e de 20% em 2023. Para ajudar a quebrar a resistência à cobrança, haveria uma faixa de isenção entre R\$ 20 mil e R\$ 25 mil em dividendos distribuídos por mês.

Também faria parte do projeto o fim da isenção sobre os chamados Juros sobre Capital Próprio (JCP), uma das formas utilizadas pelas empresas para remunerar investidores. Na prática, o mecanismo funciona como uma distribuição de dividendos, mas tem uma diferença contábil e fiscal que beneficia as empresas e seus acionistas.

Em contrapartida, seria reduzida a cobrança do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), que incide sobre as empresas. A alíquota do tributo seria reduzida em cinco pontos percentuais, também em um período de dois anos.

Os estudos foram apresentados a líderes do governo há alguns dias, mas ainda dependem da decisão de Bolsonaro para avançar.

O pacote enfrenta um impasse, disse um técnico envolvido nas discussões. Há resistências em relação às fontes de compensação que podem resultar em aumento de carga para as empresas.

A tabela do IR está congelada desde 2015 e, caso a faixa de isenção suba para R\$ 2.400, o governo estará repondo parte da **inflação** acumulada no período, de 28%. O aumento representaria uma reposição de 26,3%.

## DE OLHO NA REFORMA

A equipe econômica quer ainda reduzir a progressão do IR nas aplicações em renda fixa -que hoje variam entre 15% e 22,5% de acordo com o prazo em que o dinheiro fica aplicado - para 15%. Mas ampliando a taxação a investimentos atualmente isentos, como Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs). A ideia enfrenta resistência do

Ministério da Agricultura, já que LCAs e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) ajudam a financiar atividades no campo.

A proposta prevê que a medida valha apenas para novas aplicações. Investimentos em LCI e LCA já realizados não seriam afetados.

A alteração na tabela do IR faz parte do esforço do governo em aprovar a <u>reforma tributária</u> fatiada. Como contrapartida, o Congresso aprovaria o projeto já encaminhado pelo Executivo que unifica PIS e Confins, criando a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Para o economista e ex-secretário da Receita Federal Marcos Cintra, a taxação de dividendos vai enfrentar resistência dos setores empresarial e financeiro. Na visão dele, a medida prejudica a capacidade de investimento e a geração de empregos, "embora a correção na faixa de isenção seja politicamente aceitável".

-A tributação sobre dividendos desestimula as empresas a distribuírem dividendos, que é uma coisa muito saudável na economia, importante para o crescimento do mercado de capitais. Você pode criar estímulos à distribuição disfarçada de lucros, que era um grande problema para a Receita no passado. Com a tributação de juros sobre o capital próprio, você vai estimular o endividamento - destacou Cintra.

Para o tributarista Ilan Gorin, a taxação de dividendos e o fim da permissão de dedução de juros pagos ao acionista vão resultar em aumento de carga tributária, mesmo que haja algum alívio no IR pago pelas empresas.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

# Atraso no pagamento do IR reduz ganhos de iniciantes na bolsa

## Joice Bacelo Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186926

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186926

## Justiça anula condenação penal de contribuinte

## Beatriz Olivoti De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186926

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186926

# Reforma abre espaço para nomeação livre de 1 milhão de cargos



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente Jair Bolsonaro na cerimônia de lançamento do Plano Safra 2021/22 (leia texto na pág. A18) Pedro Ladeira/Folhapress

### Bernardo Caram e Danielle Brant brasília

A reforma administrativa do governo Jair Bolsonaro afrouxa a regra para ocupação de cargos de confiança e fará com que municípios, estados e União tenham mais de i milhão de postos para livre nomeação -ao menos 207 mil a mais do que hoje.

O levantamento faz parte de nota técnica produzida pela Consultoria de Orçamentos Fiscalização e Controle do Senado, que questiona a flexibilização e afirma que a medida abre margem para indicações políticas.

O relator da proposta, deputado Arthur Maia (DEM-BA), se posicionou nesta terça (22) contra o afrouxamento da norma e disse que pretende mudar o texto do governo para manter a regra vigente hoje.

"Essa questão que está sendo colocada na proposta de trazer para os cargos de chefia a condição de livre nomeação, eu me associo a todos aqueles que entendem que esse ponto deve ser modificado", disse. "Não há razão para favorecer o aumento da intromissão indevida da política na administração pública." A proposta enviada pelo governo retira da Constituição a norma que reserva a servidores efetivos a nomeação para funções de confiança e estabelece que cargos em comissão serão preenchidos por servidores em percentuais mínimos definidos em lei hoje, o patamar é de ao menos 50%.

O texto da PEC (proposta de emenda à Constituição) se limita a dizer que esses postos "serão destinados às atribuições estratégicas, gerenciais ou técnicas", sem menção à necessidade de ocupação por

servidores.

Na prática, a proposta propõe a eliminação das restrições constitucionais e permite a ocupação de cargos em comissão e funções de confiança, sem limites, por pessoas que não têm vínculo com a administração pública.

Levantamento do consultor de Orçamentos do Senado Vinícius Amaral mostra que o total de cargos e funções desse tipo existentes hoje pode ultrapassar 1 milhão. São 175 mil na União, ao menos 180 mil nos estados e pelo menos 559 mil nos municípios.

A soma desses postos totaliza 915 mil, mas os dados dos governos regionais não incluem os números das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, o que levaria o total a mais de 1 milhão. Desse montante, ao menos 207 mil são hoje ocupados por servidores efetivos.

Segundo dados de 2019 do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), os governos municipal, estadual e federal reúnem 10,9 milhões de vínculos, entre servidores e postos comissionados.

A nota afirma que, após eventual aprovação da reforma, os servidores ocupantes desses postos poderão ser gradativamente substituídos por pessoas sem vinculação com a administração pública.

"Tanto a doutrina jurídica quanto estudos econômicos associam a ocupação de cargos em comissão por pessoas sem vínculo com a ocorrência de corrupção. A PEC, ao ampliar as possibilidades de ocupação desses cargos e das funções de confiança por pessoas sem vínculo, tende, portanto, a fomentar a prática da corrupção na administração pública brasileira", diz o documento.

O Ministério da Economia informou que a PEC não fala em indicações políticas em nenhum momento. Segundo a pasta, o texto prevê que mesmo para os cargos de liderança e assessora mento deverão existir critérios mínimos de acesso e que a ocupação observará regras comuns a todos os entes.

Anota do ministério diz ainda que essas normas serão definidas por lei, a ser aprovada pelo Congresso, que poderá prever critérios mais rígidos do que os atuais.

Nosbastidores, técnicos da pasta que participaram da elaboração da proposta afirmam que a ideia não é afrouxar as regras. Um membro do ministério reconhece que o resultado dependerá do que os parlamentares aprovarem ao fim do processo.

O consultor do Senado vê com preocupação esse plano, que pode deixar um vácuo jurídico sobre o tema.

"Tudo depende de quando essa lei será aprovada. A reforma administrativa de 1998 também previu leis complementares que até hoje não existem. Essa regra pode ficar simplesmente em aberto por tempo indeterminado. Enquanto perdurar essa situação, o governo terá total liberdade para realizar essas nomeações'; afirmou.

Um exemplo similar foi a inclusão na Constituição em 1998 da regra que permite a demissão de **servidores públicos** por desempenho insatisfatório. Para ser colocada em prática, a medida depende de regulamentação pelos congressistas por meio de uma lei complementar.

Mais de 20 anos depois, a lei nunca foi aprovada pelo Legislativo e o governo não pode fazer demissões de servidores por esse mecanismo, apesar da previsão na Constituição.

O presidente da Fonacate (Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado), Rudinei Marques, afirma que a flexibilização para nomeações é um dos mecanismos mais perigosos da PEC. Para ele, o governo é contraditório ao fazer discursos sobre meritocracia enquanto propõe uma mudança que permite colocar aliados políticos dentro da máquina pública.

"Não tem sentido o governo dizer que vai mudar agora a Constituição para depois encaminhar um projeto de lei. Não precisaria ter mexido nisso se não quisesse promover um aparelhamento sem limite." O deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), membro da comissão especial que debate a PEC na Camara, afirma que dispensar servidores concursados para adotar cargos comissionados em funções técnicas "é uma imoralidade".

"Uma coisa é cargo comissionado para função de chefia, onde o indicado orienta as políticas públicas escolhidas pela população na uma. Outra coisa é dar brecha para que toda a administração pública torne-se um cabidão de empregos", disse. "É o trem da alegria das indicações políticas." Em 1998, o então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) conseguiu aprovar uma reforma administrativa para modernizar a

estrutura do Estado. Entre as mudanças, foram incluídas na Constituição restrições ao uso dessas vagas de livre nomeação.

Por isso, atualmente apenas **servidores públicos** efetivos, aqueles que passaram por concursos públicos, podem assumir funções de confiança na administração pública. Em troca de um adicional no salário, eles recebem mais responsabilidades.

Para os cargos comissionados, a regra é dividir proporcionalmente as posições entre funcionários de carreira e indicações fora do serviço público. Esses postos têm atribuições semelhantes às funções de confiança, ou seja, geralmente envolvem o comando de uma equipe.

"É o trem da alegria das indicações políticas" Kim Kataguiri (DEM-SP) membro da comissão especial que debate a PEC da reforma administrativa na Câmara

## Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495

## Postos de confiança podem ultrapassar 1 milhão nas três esferas de governo

Como é hoje

### Em milhares

	União	Estados e DF	Municípios
Total	174,9	Ao menos 180,7	Ao menos 559,6
Executivo	90,2	Ao menos 108,4	Ao menos 559,6
Legislativo	19,3	Indefinido	Indefinido
Judiciário	65,4	72,3	

## **Total geral**

## **Ao menos 915,3**

Desse total, 207,3 mil são ocupados exclusivamente por servidores

## Como ficaria

- Eventual aprovação da PEC permitiria livre nomeação para todos os postos
- Pessoas sem ligação com a administração pública poderiam ser indicadas a pelo menos 915,3 mil cargos e funções, 207,3 mil a mais do que hoje
- •O total deve ultrapassar 1 milhão ao serem incluídos dados dos legislativos regionais

## As mudanças na Constituição

Variações nas regras para o exercício de cargos de confiança

## Como era antes de 1998

Os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei

## Como ficou a partir de 1998

As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento

## Como o governo quer

Os cargos de liderança e assessoramento serão destinados às atribuições estratégicas, gerenciais ou técnicas

Fonte: Nota Técnica 69/2021, Consultoria de Orçamentos do Senado

# Consolidação fiscal, política econômica e inflação (2)

## ADOLFO SACHSIDA, SECRETÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA DA SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Em primeiro lugar, deve-se deixar claro que a **inflação** é um processo deletério para o bem-estar de toda a sociedade, pois torna o ambiente de negócios menos previsível, aumenta os custos informacionais, eleva o risco país, piora a qualidade do investimento ao dificultar o correto cálculo econômico de projetos e agrava a desigualdade de renda e a pobreza.

Em segundo lugar, ressalta-se que o Brasil é, talvez, o único país que aprovou medidas legislativas e constitucionais visando a controlar o gasto público durante o processo pandêmico.

Por óbvio, recursos à saúde e à compra de vacinas sempre foram plenamente disponibilizados.

Em terceiro lugar, a política econômica do governo tem se norteado pelo binômio consolidação fiscal e reformas para aumento da produtividade, que são pilares para o crescimento econômico sustentável de longo prazo.

No momento atual, inclui-se, também, a necessidade de vacinação em massa da população como norte de política econômica.

Um dos principais indicadores da consolidação fiscal é a recente melhora das projeções para a relação dívida/ PIB, que pode ficar abaixo de 84% ao fim deste ano. O papel da inflação sobre essa melhora tem sido motivo de debate entre os analistas. Está correto que, no curtíssimo prazo, a inflação mantém inalterada parcela expressiva da despesa nominal, mas eleva a receita nominal do governo. Isso melhora o resultado primário. Além disso, a inflação eleva também o PIB nominal.

Por outro lado, a indexação decorrente da **inflação** e a pressão por aumento de gastos públicos rapidamente corroem qualquer efeito positivo da **inflação** sobre o processo de consolidação fiscal. Efeitos inflacionários em curto espaço de tempo afetam negativamente o **PIB** e os custos de rolagem da dívida, piorando assim a própria relação dívida/**PIB**.

De todo modo, é preciso destacar que as diversas

medidas de consolidação fiscal postas em prática pelo governo desde 2019 desempenham papel fundamental na redução do endividamento do País. A reforma da Previdência foi apenas a mais visível delas. A manutenção do teto de gastos, num cenário de forte pressão fiscal, representa uma vitória tão grande ou até maior do que a sua aprovação.

Além disso, mesmo durante a pandemia, um novo marco fiscal foi aprovado com um conjunto de leis complementares.

A LC 173 impediu o aumento de salário para funcionários públicos em 2020 e 2021; a 176 resolveu o passivo da Lei Kandir; a 178 estabeleceu gatilhos para estados e municípios e melhorias na LRF; a emenda constitucional 109 - a PEC Emergencial desvinculou recursos de fundos, que puderam assim aumentar a reserva de liquidez para o pagamento da dívida, e trouxe mecanismos de controle de gastos para a União, Estados e municípios, entre outros avanços. No conjunto, essas medidas refletem a preocupação com a estabilização da relação dívida/PIB e a consequente consolidação fiscal.

Pelo lado monetário, resoluções do Conselho Monetário Nacional reduziram consistentemente a meta de inflação para 2022 e 2023, e políticas monetária e fiscal coerentes com esse ajuste foram implementadas. Como resultado, a inflação, ainda que esteja momentaneamente acima da meta, deve convergir para ela. A expectativa de inflação está ancorada, o que rechaça qualquer possibilidade de processo inflacionário e reafirma que a estratégia de obter equilíbrio fiscal por meio de ajustes nos gastos estruturais é crível. As expectativas de inflação ancoradas mesmo em cenário adverso, o risco país em patamares mais baixos do que em períodos similares de crise e as taxas de juros aquém da média histórica refletem um amplo esforço do governo para aprimorar e manter sólidos os fundamentos econômicos.

Em resumo, a trajetória sustentável da relação dívida/PIB reflete muito mais uma orientação de política econômica do que uma transitória alta inflacionária. Ou será que precisamos recorrer a um passado não tão distante para nos lembrarmos de que inflação alta não embute consolidação fiscal?

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS - pág.: B05. Qua, 23 de Junho de 2021 SERVIDOR PÚBLICO

ADOLFO SACHSIDA, SECRETÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA DA SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

## Mudança do IR não cumpre promessa eleitoral de Bolsonaro

## Bernardo Caram e Danielle Brant brasília

O governo está finalizando a proposta de reforma do IR (Imposto de Renda), com previsão de envio do texto ao Congresso ainda nesta semana. Em um dos principais eixos da medida, não deve ser cumprida a promessa eleitoral do presidente Jair Bolsonaro de aumentar a faixa de isenção para rendas de até cinco salários mínimos.

De acordo com um membro do Ministério da Economia, a pasta está em negociação final com Bolsonaro, mas o martelo ainda não havia sido batido até o início da tarde desta terça-feira (22).

Segundo relato, o Planalto ainda pressionava por alterações que inviabilizariam a conta da reforma. Entre os pontos de discordância, auxiliares do presidente estariam pressionando contra a taxação de investimentos hoje isentos.

Durante a campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro afirmou que Paulo Guedes, seu até então assessor econômico, havia formulado proposta de reforma do IR com isenção para rendas de até cinco salários mínimos (R\$ 4.770 em valor da época, ou R\$ 5.500 hoje) e cobrança de 20% sobre todas as outras rendas.

A proposta finalizada agora, com Guedes no posto de ministro da Economia, pode não chegar à metade do valor pro metido. Os cálculos mais recentes da equipe do ministro apontavam para um aumento da faixa de isenção dos atuais R\$ 1.903,98 para R\$ 2.400 -o presidente ainda tentava uma ampliação desse valor.

O patamar também é menor que o apresentado por Bolsonaro no início do ano, quando afirmou que tentaria ampliar a faixa para R\$ 3.000 em 202-2.

Na ocasião, ele argumentou que gostaria de alcançar o valor de R\$5.000, mas disse que não conseguiria por causa da pandemia, que aumentou muito o endividamento do governo.

A reestruturação do IR será a segunda etapa da reforma tributária do governo. De acordo com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o governo prevê a apresen tação da proposta para esta quartafeira (23).

A primeira fase da reforma, que unifica PIS e Cofins para criar a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), está no Congresso sem previsão de votação.

O plano de Guedes para o IR da pessoa física deve mudar apenas a faixa de isenção, sem alteração nas alíquotas existentes hoje, que variam de 7,5% a 27,5%.

Além disso, Guedes quer reduzir e unificar em 15% cobranças sobre investimentos em renda fixa, hoje regidos por uma tabela regressiva que vai de 22,5% a 15%, a depender do tempo de aplicação. Os detalhes da reestruturação já haviam sido antecipadas à Folha pelo ministro.

Para ampliar a arrecadação, a ideia é acabar com a isenção de produtos financeiros como LCI (Letra de Crédito Imobiliário), LCA (Letra de Crédito do Agronegócio), CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários) e CRA (Certificado de Recebíveis Agrícolas). Este seria um dos pontos de pressão contrária vinda do Planalto.

O pacote do ministro também prevê a criação de tributação sobre a distribuição de dividendos, hoje isenta e que passaria a ser taxada em 20%. Nesse ponto, também houve pressão da ala política e o governo avalia criar uma faixa de isenção para ganhos de até R\$ 20 mil por mês.

Ainda na tributação sobre empresas, o plano prevê um corte de cinco pontos percentuais na taxação de IR de pessoas jurídicas. O patamar cairia de 25% para 20% em um período de dois anos.

O governo deve propor ainda a extinção do mecanismo de JCP (Juros sobre Capital Próprio), outra forma de distribuição de recursos aos acionistas.

As regras de aplicação das mudanças, em caso de aprovação da proposta, são variáveis e muitas vezes têm interpretações divergentes. Em geral, aumentos de **tributos** só passam a valer no ano seguinte à aprovação da mudança. Para reduções, a regra não se aplica.

Para as mudanças no IR da pessoa física, como a

ampliação da faixa de isenção, a norma deve valer a partir de 2022, caso o projeto seja aprovado ainda em 2021. Isso porque o imposto já está sendo recolhido neste ano sob a tabela atual.

Para o fim da isenção sobre dividendos, LCI, LCA, CRI e CRA, técnicos afirmam que o início da cobrança poderá ser feito imediatamente após a aprovação do texto porque essa taxação já existia e depois houve a isenção. Nesses casos, a regra não valeria para investimentos anteriores, mas apenas para aplicações feitas após a aprovação da medida.

Em outra frente, o Senado vota nesta quinta (24) projeto do senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) que reabre o prazo de adesão ao Pert (Programa Especial de Regularização Tributária), que permite renegociar dívidas com descontos.

A ideia do texto se assemelha à proposta de passaporte tributário anunciada pelo governo e ainda não enviada. No entanto, o objetivo do plano do governo era conceder benefícios apenas a empresas em dificuldade, e não a todas as pessoas e companhias interessadas, como define o projeto que está no Senado.

A reforma do IR em avaliação pelo governo

Amplia faixa de isenção do IR para pessoa física. Equipe econômica definiu aumento de R\$ 1.903,98 para R\$2.400. Planalto queria valor maior

Reduz e unifica em 15% cobranças sobre investimentos em renda fixa, hoje regidos por tabela regressiva que vai de 22,5% a 15%

Acaba com isenção de produtos financeiros como LCI, LCA, CRI eCRA

Amplia de zero para 20% a taxação sobre distribuição de dividendos. Governo avalia manter isenção para ganhos de até R\$ 20 mil por mês

Extingue o mecanismo do JCP (Juros sobre Capital Próprio), usado pelas empresas para distribuir recursos aos acionistas

Reduz IR de pessoa jurídica de 25% para 20% em dois anos

## Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495

# "Esse modelo de privatização é um desrespeito"



A Câmara dos Deputados aprovou em segunda votação, na segunda-feira, a medida provisória de capitalização da Eletrobrás já vitoriosa no Senado. Agora, o texto segue para sanção presidencial.

Tendo transitado, no passado, por diferentes áreas de governo, a ex-diretora de privatização do BNDES Elena Landau não acredita na possibilidade de o presidente Jair Bolsonaro vetar qualquer um dos "jabutis" anexados à proposta de privatização da estatal. "Esses jabutis vêm de forças muito poderosas", analisa a economista e advogada.

Ela se refere, principalmente, à questão das térmicas e gasodutos, que nada têm a ver com o projeto original, mas representam custos que ao final deverão cair na conta dos consumidores. "Esse modelo de privatização é um desrespeito", resume, pois ele cria uma reserva de mercado que é "uma distorção absoluta na forma de operar o setor".

Nesta entrevista para a série Cenários, ela critica as iniciativas do governo Bolsonaro, lamenta a bipolarização que já desponta para 2022 entre bolsonarismo e lulismo e faz a chamada para uma terceira via: "A gente precisa recuperar a capacidade de diálogo". A seguir, os principais trechos da conversa.

I Assistimos enfim, no Congresso, aos passos finais da privatização da Eletrobrás. Você gosta do modelo no qual ela foi desenhada?

A privatização andou. Foram feitas muitas concessões do governo à área política, inventaram uma revitalização da Bacia de Furnas que tem como padrinho o senador e presidente da Casa, Rodrigo Pacheco - é área de atuação dele -, e um pacote de

desembolsos para agradar à classe política. Então, depois do relatório do (deputado) Elmar Nascimento (DEM-BA), produziram-se vários jabutis - eu costumo dizer que são tão grandes que derrubaram a árvore.

Os principais se referem à questão das térmicas e gasodutos. E esse assunto tão ruim, tão distorcido, ao final dominou a discussão.

I Mas, pelo que entendi do projeto de privatização, o novo dono terá o direito de dizer sim ou não à construção de térmicas.

Uma vez privatizada, a Eletrobrás vira uma empresa como outra qualquer.

Concordo. Mas terá algumas obrigações. Dou um exemplo. Uma série de aportes previstos para essa conta do desenvolvimento da CDE, onde estão os encargos do sistema, vai sair do caixa a ser arrecadado na oferta pública. Os tais fundos de revitalização também sairão direto da Eletrobrás. A obrigação de contratação não é da Eletrobrás pública, utilizaram esse projeto pra dar carona a um lobby muito forte na área de gás e gasodutos que já tentou essa reserva de mercado antes em vários outros projetos. É um assunto completamente distinto, e o apêndice acabou dominando o todo. Por isso eu digo que esse jabuti, especificamente, de tão grande, derrubou a árvore.

I Você vê chance de esses jabutis serem vetados pelo presidente?

Não acredito. Uma coisa que chama a atenção, nesse projeto todo, é como o Ministério de Minas e Energia abriu mão, pacificamente, de suas prerrogativas. O relator da MP invadiu essa área, que inclui o planejamento do setor elétrico, a definição dos leilões. O que se vê no governo é a vontade de fazer de qualquer jeito. A única esperança do setor elétrico - e eu nunca vi isso em 30 anos - é a unanimidade contra essa política. Todos contra essa reserva de mercado, que é uma distorção absoluta da forma de operar o setor.

I E, daqui para frente, como isso fica?

A esperança dos que criticam o projeto, como eu, era que o Senado pudesse impugnar esse apêndice, que nada tem a ver com a MP. Não aconteceu.

Do jeito que ficou, lá na frente vai dar errado e vão dizer: a culpa é da privatização.

Não é. A culpa é da forma como a privatização está sendo feita.

I Por que no governo FHC a privatização da área de telefonia avançou, mas a das elétricas não?

O governo FHC começou pelas distribuidoras, ficou um restinho que outro governo concluiu. O problema todo está na geração. Ela começou lá no governo FHC, quando houve uma opção de se começar a privatização pelas subsidiárias. Em vez de vender a Eletrobrás, venderiam Furnas, Gerasul, Chesf e Eletronorte. Foi sucesso a venda da do Sul, que hoje é uma das mais dinâmicas do mercado, a Tractebel.

Houve momento em que a Tractebel chegou a valer o dobro da Eletrobrás.

Aí, na hora de fazer a privatização de Furnas, o então governador de Minas, Itamar Franco, botou tanques na rua. Os mineiros disseram "o lago de Furnas é nosso, os rios são nossos, ninguém vai privatizar". Seguiu- se uma guerra de liminares, a ideia não avançou.

I Inclusive a Cemig continua estatal...

Continua. Na mesma época, o Mario Covas, em São Paulo, avançou com a privatização da Cesp, que recentemente foi concluída. Privatizar é complicado, sempre aparece resistência.

O governo FHC avançou bastante nisso, conseguiu vender a Vale do Rio Doce e todo o sistema Telebrás.

I Será que essa história de colocar jabutis não é uma forma de distrair, aí o projeto passa e Bolsonaro veta?

Não acredito, porque esse jabutis vêm de forças muito poderosas.

I Vêm direto da fonte, né?

Direto da fonte, de forças privadas muito fortes articuladas com o Centrão.

O que ocorre na privatização da Eletrobrás já se viu e se vê em outras reformas. Tem um açodamento do governo, para dizer "estou fazendo, eu privatizei". Também vão fazer uma reforma administrativa de qualquer jeito, a **reforma tributária** idem. É até engraçado, tem pessoal da área dos empregados, da resistência contra a privatização, usando os meus artigos como apoio, dizendo "até ela, a carrasca das

estatais, é contra". E eu lhe digo: sou a favor, sim, da privatização, mas não dessa. Nunca gostei desse modelo.

Fazer por MP a venda de uma estatal é um acinte, um desrespeito.

I E você, com toda essa experiência, está hoje no comando do Livres.

Sou do Conselho Acadêmico do Livres.

O grupo tem uma ala do executivo e um conselho, como se fosse um instituto de pesquisas. O Livres é um movimento liberal por inteiro, que não cabe só nesse liberalismo de agenda econômica. Tem preocupação com outras áreas essenciais - como inclusão, proteção social, mobilidade social, fortalecimento das instituições democráticas, diversidade... Eles me atraíram por causa disso.

I Como você chegou a essa decisão?

Eu saí do PSDB em 2017, com aquelas confusões do Aécio (Neves) e a pouca mobilização do partido. Então me convidaram para presidir a fundação do novo grupo. A intenção era criar um partido, ele já tinha 12 dos 27 diretórios do PSL. Aí veio a traição, o Bolsonaro entrou no PSL e o Livres rompeu na hora com o partido. Pela firmeza ética, eles me fisgaram de vez.

I Do que você cuida?

Não sou da área executiva, sou do conselho, mas é uma relação muito próxima.

Fizemos em 2018 uma construção suprapartidária que tem nomes como Persio Arida, Samuel Pessôa, Sandra Rios, Fernando Schuller, Paulo Roberto de Almeida, Ricardo Paes de Barros... Posso estar esquecendo alguém.

Mas, enfim, pessoas que sempre foram liberais. Não é um partido, nem tem intenção de ser. Mas foi o primeiro, talvez único grupo liberal que rompeu com Bolsonaro já de saída.

Ele não tem nada de liberal.

I Olhando para 2022, acredita que vai ter espaço para uma terceira via?

Se eu achar que não tem, eu desisto.

Vou para um retiro, ler romances, paro de escrever. A polarização só interessa ao Bolsonaro e ao Lula. A gente tem de construir uma alternativa. E eu acho que

o Tasso Jereissati é, disparado, o grande nome para ela.

I Acha que ele vai topar?

Acredito que sim. Ele já deu entrevistas, pode haver uma composição. A grande importância de 2022 está em derrotar o bolsonarismo.

I Como acha que estaremos lá por julho de 2022?

Não tenho bola de cristal. É óbvio que, se Bolsonaro tiver dinheiro para gastar, começar a distribuir o Bolsa Família e o PIB tiver um mínimo de sustentação, ele chega bem. Mas uma pessoa já com mais de 500 mil mortos nas costas continuar com esse nível de aceitação... É uma coisa digna de ser estudada, essa sociedade brasileira, não é?

I Como lidar com isso? Essa bipolarização direitaesquerda é uma negação da realidade, não?

Isso começou lá atrás, no Plano Real, quando ainda havia uma simpatia entre PT e PSDB. Com o real, o projeto de poder do PSDB ficou claro, aí começou uma coisa de polarização.

No governo Lula, apesar de falarem em "herança maldita", foram chamadas pessoas como Ricardo Paes de Barros, Marcos Lisboa, o Antonio Palocci era visto como pessoa "de centro". Mas tudo se desmantelou no mensalão. O Lula chegou ao segundo mandato, e aí veio a polarização radical. Nós e eles, neoliberais fascistas, privataria tucana etc.

I Que papel o liberalismo pode ter nesse cenário?

Volto a insistir que o liberalismo tem muito a ajudar, se você juntar liberdade econômica com inclusão social, que é o que defendemos.

Mas esse caminho pressupõe uma condição imediata: a gente precisa recuperar a capacidade de diálogo.

## Quem É?

Elena Landau ECONOMISTA E ADVOGADA, Economista e advogada, ex-diretora de privatização do BNDES na era FHC e integrou os conselhos da Vale e Eletrobrás, entre outros. Preside hoje o Conselho Acadêmico do Livres

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

## A desigualdade e o IR (3)

Os últimos anos foram de más notícias para o enfrentamento da infame desigualdade social brasileira. Na década passada, caiu por terra a convicção de que a distância entre ricos e pobres estava em retração; agora, teme-se que ela cresça com os impactos da pandemia.

Dados que apontavam melhora a partir dos anos 2000, com base nos rendimentos do mercado de trabalho, foram posteriormente contestados por estudos mais amplos, amparados nas estatísticas do Imposto de Renda, que contemplavam também ganhos de capital como os oriundos de lucros, aluguéis e aplicações financeiras.

A Covid-19 agrava um quadro já dramático na América Latina, como aponta relatório recém-publicado pela ONU. Em particular, porque as medidas imperativas de restrição às atividades prejudicam mais os estudantes e trabalhadores dos estratos mais carentes.

Fenômeno complexo, a desigualdade se apresenta de múltiplas maneiras. Há discrepâncias salariais entre homens e mulheres; há discriminação de pessoas LGBT no mercado; negros têm muito menos acesso que os brancos às benesses do desenvolvimento, como mostra o índice de equilíbrio racial (Ifer) lançado por esta Folha.

Destaque no grupo de países mais desiguais do mundo, o Brasil tomou providências para lidar com essa chaga -a mais importante delas foi instituir um aparato de seguridade de dimensões raras no mundo emergente.

O vultoso gasto social tem sua eficácia comprometida, porém, quando o mesmo poder público falha em prover educação de qualidade e, mais ainda, insiste em conceder privilégios a setores influentes da burocracia e do empresariado.

O Estado brasileiro realimenta a desigualdade, ainda, ao tributar de modo iníquo, com muito mais ênfase na taxação do consumo, o que onera em excesso os mais pobres, que na da renda.

O tema volta à pauta com a proposta de reforma do IR mais uma vez ensaiada pelo governo Jair Bolsonaro -e mais uma vez motivo de resistências antecipadas e pressões de natureza política.

Há muito a fazer para tornar a carga de impostos

mais progressiva, sem elevá-la além de seu patamar já exagerado. Rever subsídios, tributar dividendos (com ajuste no gravame dos lucros) e até majorar alíquotas sobre rendimentos altos se mostram caminhos viáveis.

Infelizmente, o debate corre o risco de ser contaminado pelo imediatismo eleitoral e pela promessa demagógica de Bolsonaro de ampliar a faixa de isenção. Mesmo forças à esquerda, aliás, relutam em abraçar propostas mais ambiciosas para o IR, dados os interesses dos sindicatos de categorias mais bem situadas na pirâmide social.

## Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495

# Folha e Ibre/FGV debatem tributo maior e pobreza

Em meio a novo pico de pobreza e alta da desigualdade com a pandemia, pesquisa Datafolha para a Oxfam Brasil mostra que a maioria dos brasileiros é favorável a aumentar a tributação para financiar políticas sociais.

Para discutir o tema, a Folha e o Ibre/FGV realizam a partir das 10h desta quinta (24) o seminário online "O Brasil deve aumentar **impostos** para combater a pobreza?".

Participam do evento Katia Maia, diretora-executiva da Oxfam Brasil, Vilma Pinto, economista e assessora da secretaria da Fazenda do Paraná, e o pesquisador associado do Ibre/FGV Samuel Pessoa. A moderação será do repórter especial da Folha Fernando Canzian.

## Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495

## Senado aprova MP que aumenta as alíquotas de CSLL

## Vandson Lima e Renan Truffi De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186926?page=1&section=1

## Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186926?page=1&section=1

## Leilões de aeroportos regionais se multiplicam pelos Estados

## Tais Hi rata De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186926

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186926

## Dólar perde força e fecha abaixo de R\$ 5

## Fernanda Strickland\*

Refletindo fatores tanto internos quanto externos, segundo analistas, o dólar fechou ontem cotado a R\$ 4,96 para venda no câmbio comercial, com queda de 1,13%. Foi a primeira vez que a moeda norteamericana encerrou um pregão abaixo de R\$ 5,00 desde 10 de junho de 2020, quando terminou o dia em R\$ 4,93.

Internamente, o principal fator foi a sinalização dada pela ata da última reunião do Copom, de que o ritmo de elevação da taxa básica de juros, a Selic, pode ser acelerado. Com juros mais altos, o Brasil fica mais atrativo para o capital estrangeiro, o que tende a aumentar a entrada de recursos no país e valorizar o real.

O economista autônomo Hugo Passos explicou, porém, que o dólar está em baixa por diferentes razões. "São diversos fatores que mostram o câmbio cotado próximos aos R\$ 5,00 reais, como a menor aversão a risco global, o aumento na expectativa de crescimento do **PIB** do Brasil, o aumento na taxa Selic, e a aceleração na vacinação, entre outros", disse.

Segundo o economista, a queda da moeda norteamericana pode diminuir o custo das empresas e favorecer o consumidor. "Nos últimos meses, as commodities (que são cotadas em dólar) dispararam, e os preços são repassados ao consumidor, que vem sentindo seu orçamento familiar mais apertado", lembrou. "Agora, o sentido é oposto." Para Passos, o dólar deve se manter próximo aos R\$ 5,00, mas se subir não voltará para perto de R\$ 6,00. "Vale lembrar que o Copom tem mostrado um tom mais agressivo na política monetária para controlar a inflação. Na semana passada, subiu a Selic em 0,75 pontos percentuais, que chegou a 4,25% ao ano, e já deu sinais de que pode subir mais 1 ponto na próxima reunião, em agosto. O PIB crescendo entre 4,5% a 5% e a aceleração na vacinação também mostram impacto no arrefecimento do câmbio", disse.

Já a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) terminou o dia, ontem, em baixa de 0,38%, aos 128,767 pontos, na contramão das bolsas norte-americanas. Os principais índices acionários dos Estados Unidos subiram, refletindo as declarações do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell, de que a inflação no país é transitória, e de que não tem pressa para aumentar os juros por lá.

\*Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo R\$ 4,96 Cotação de fechamento, ontem, da moeda norte-americana, no câmbio comercial

# Bolsonaro diz fazer o que quer; lembre quando ele fez mesmo











Daniel Carvalho, Ricardo Delia Coletta e Joelmir Tavares brasília e são paulo

O presidente Jair Bolsonaro respondeu na segunda (21) que chega "como e onde quiser", após uma jornalista questioná-lo sobre o fato de ele ter chegado a evento em Guaratinguetá (SP) sem a máscara de uso obrigatório para evitar a disseminação do vírus da Covid-19.

A Constituição, no artigo 84, lista 28 atribuições exclusivas do presidente da República. "Compete privativamente" ao chefe do Executivo, por exemplo, sancionar leis, nomear e exonerar ministros, conceder indulto e declarar guerra.

Um presidente tem muitos direitos, mas não tem todos. A própria Carta Magna determina que ele assuma o compromisso de "defender e cumprir a Constituição" e "observar as leis", entre outras obrigações.

"Eu chego como quiser, onde quiser, eu cuido da minha vida. Se você não quiser usar máscara, não usa", retrucou Bolsonaro a Laurene Santos, da TV Vanguarda, afiliada da Globo, que o questionou sobre a ausência da proteção, em desacordo com exigência de decreto estadual.

Por não usar máscara em um passeio de moto com apoiadores, o presidente foi multado pelo Governo de São Paulo no último dia 12. Ele se justificou dizendo que abriu mão do acessório porque estava com "capacete balístico à prova de [armas de calibre] 762".

Relembre episódios em que Bolsonaro demonstrou arroubos autoritários, mentiu e atropelou normas, o princípio da moralidade e o decoro.

Reafirmar a própria autoridade Principalmente quando está enfrentando crises no governo, Bolsonaro tem o hábito de querer reafirmar a própria autoridade.

"Quem manda sou eu, vou deixar bem claro. Eu dou liberdade para os ministros todos, mas quem manda sou eu", disse, em agosto de 2019, ao ser questionado sobre trocas no comando da Polícia Federal, em meio ao embate com o ex-ministro Sérgio Moro (Justiça). "Quando vão nomear alguém, falam comigo. Eu tenho poder de veto, ou vou ser um presidente banana agora?" "Quem manda sou eu, e eu quero o Ramagem lá", afirmou na época, referindo-se à ordem para que a AGU (Advocacia-Geral da União) entrasse com um recurso contra a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que vetou a nomeação de Alexandre Rama gem para o comando da PF.

"Quem demarca terra indígena sou eu! Não é ministro. Quem manda sou eu. Nessa questão, entre tantas outras. Eu sou um presidente que assume ônus e bônus", disse, em junho de 2019 sobre medida provisória que devolvia demarcação de terras indígenas ao Ministério da Agricultura, revertendo decisão do Congresso Nacional.

Bolsonaro costuma também enfatizar o peso de sua caneta, em referência às determinações que pode fazer por ser presidente.

"Eu disse para o Rodrigo Maia [então presidente da Câmara dos Deputados]: com a caneta eu tenho muito

mais poder do que você", declarou em maio de 2019.

Bolsonaro também gosta de repetir que tem o poder de mandar, embora muitas vezes suas ordens representem interferências em órgãos e outras áreas do governo consideradas indevidas ou inapropriadas. por serem executadas de maneira unilateral e sem discussões técnicas.

Um dos episódios mais rumorosos foi a suspeita de ingerência política na PF, que levou o titular do Planalto a ser investigado em inquérito no STF. Em andamento, a apuração foi aberta após acusação de Moro, ao deixar a pasta da Justica, em abril de 2020.

Em outubro de 2020, Bolsonaro desautorizou o então ministro da Saúde Eduardo Pazuello e disse que suspendeu a compra, anunciada no dia anterior, da vacina Coronavac.

"NÀO SERÁ COMPRADA", escreveu, em letras maiúsculas, em uma rede social Aversão ao decoro Bolsonaro acumula exemplos de condutas que poderíam ser enquadradas como desrespeito ao decoro e à liturgia esperados de alguém que ocupa a Presidência da República.

A lei 1.079/1950, que rege o processo de impeachment, afirma que é crime de responsabilidade contra a probidade da administração "proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo".

Em fevereiro de 2019, o presidente publicou nas redes um vídeo feito durante o Carnaval em São Paulo. Nas imagens, um homem aparece dancando sobre um ponto de táxi mexendo no ânus. Na sequência, outro rapaz urina em sua cabeça, em uma prática chamada de "golden shower".

Há também situações como a que insultou, com conotação sexual, a jornalista da Folha Patrícia Campos Mello.

"Ela [repórter] queria um furo. Ela queria dar o furo [risos dele e dos demais]", disse o presidente, em entrevista diante de simpatizantes, em fevereiro de 2020. Após pausa durante os risos, concluiu: "A qualquer preço contra mim".

A palavra "furo" é um jargão jornalístico para se referir a uma informação exclusiva. Em março deste ano, uma juíza da 19a Vara Civil de São Paulo condenou Bolsonaro a indenizar a jornalista em R\$ 20 mil por danos morais.

Em outro episódio, o presidente cruzou os braços com as mãos fechadas, dando uma banana para jornalistas na portaria do Palácio da Alvorada, em fevereiro de 2020, e afirmou aos repórteres que não responderia a perguntas.

Em março de 2020, Bolsonaro escalou o comediante Márvio Lúcio, o Carioca, para aparecer diante de jornalistas. O comediante da TV Re-cord, fantasiado de presidente, desembarcou de um carro da comitiva oficial.

Bolsonaro, então, incentivou que Carioca respondesse a perguntas e, entre risos, soprou no ouvido do comediante respostas aos jornalistas: "PIB? PIB? O que que é PIB? Pergunta o que que é PIB".

Afronta a regras contra Covid O histórico de desrespeito de Bolsonaro a normas sanitárias é antigo e remonta aos primeiros meses da pandemia. Em 15 de março de 2020, ele liderou uma manifestação em Brasília com centenas de pessoas, contra recomendação de seu então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta.

Durante o primeiro ano da pandemia, Bolsonaro também promoveu eventos no Planalto em que, além da aglomeração em ambiente fechado, o uso de máscara limitava-se a poucos convidados.

O questionamento à eficácia das máscaras e o não uso do utensílio são marcas tradicionais do comportamento de Bolsonaro. Após meses sem máscara, ele só passou a utilizar o utensílio em eventos oficiais no início deste ano, em meio ao desgaste da popularidade do governo.

Mesmo hoje o uso é limitado: ele não aparece com o equipamento nas conversas diárias que mantém com apoiadores na saída do Palácio da Alvorada, por exemplo.

Em suas visitas a estados B, também acumula um amplo histórico de inobservância das regras de controle da doença.

Em meados de junho, Bolsonaro entrou de surpresa em um avião comercial da Azul no aeroporto de Vitória D. Ele, que não era passageiro do voo, retirou a máscara e causou aglomeração entre os passageiros e tripulantes - foi recebido tanto com gritos de "mito" como de "genocida".

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) questionou a empresa sobre o caso.

Pouco depois, o mandatário foi multado pelo Governo de São Paulo por dispensar a máscara durante a motociata.

O mesmo ocorreu em maio, em ato político em Açailândia (MA). Bolsonaro foi autuado por gerar aglomeração com mais de cem pessoas sem controle sanitário e por não utilizar o item de proteção facial.

Afirmações falsas e desmentidos Desde o início do mandato Bolsonaro fez declarações distorcidas ou que não têm embasamento na realidade.

Numa das ocasiões mais recentes, o mandatário atribuiu ao TCU (Tribunal de Contas da União) documento que questionaria 50% dos registros de morte por Covid-19 no país, sugerindo que a quantidade de vítimas da doença estivesse superdimensionada.

O órgão disse não ter produzido um documento do tipo. Mesmo desmentido pelo TCU, Bolsonaro tem usado trechos de um acórdão do tribunal para argumentar que existe supernotificação de casos de Covid no país.

Ele também tem questionado a segurança da urna eletrônica e defendido a adoção de um sistema devoto impresso no Brasil, apesar de autoridades eleitorais destacarem que não há indícios de fraude no sistema utilizado atualmente.

Circunstâncias impróprias Diante da queda de popularidade e do avanço da CPI da Covid do Senado sobre seus aliados, Bolsonaro multiplicou os palcos para discursos radicais e os acenos a grupos específicos, como objetivo de mobilizar sua base.

Em maio, participou de uma motociata com apoiadores no Rio de Janeiro e, no encerramento do passeio de moto, ao discursar em um caminhão de som, teve a companhia do ex-ministro da Saúde general Eduardo Pazuello, que também falou à multidão.

O Exército abriu processo para investigar transgressão disciplinar por parte do ex-ministro, mas acabou livrando o general da ativa de qualquer punição por ter participado de um ato político, conduta que que contraria o regulamento do Exército.

No dia 1° de junho, Bolsonaro usou um evento no Ministério da Saúde para confirmar a realização da Copa América no Brasil, apesar do quadro de descontrole da pandemia no país. O anúncio foi feito durante a solenidade de assinatura do contrato de transferência de tecnologia da vacina para Covid-19 entre a AstraZeneca e o governo federal.

Dias depois, em 9 de junho, o chefe do Executivo ignorou o horário de trabalho e, em plena quarta-feira, viajou para o interior de Goiás para almoçar na fazenda do cantor Amado Batista, seu simpatizante, e

participar de um culto na igreja evangélica Church in Connection.

Ao longo de 2020, o presidente se aproximou de manifestações de apoiadores o que viriam a ser investigadas no inquérito dos atos antidemocráticos, no STF, por incluírem em suas pautas mensagens contra a ordem institucional, a Constituição e os Poderes.

Bolsonaro compareceu, em abril do ano passado, a um ato pró-intervenção militar diante do quartelgeneral do Exército, em Brasília.

Em cima da caçamba de uma caminhonete H, afirmou que "acabou a época da patifaria", gritou palavras de ordem como "agora é o povo no poder" e disse: "Não queremos negociar nada".

Em maio de 2020, Bolsonaro requisitou um helicóptero oficial para sobrevoar a Esplanada dos Ministérios e prestigiar mais uma manifestação a favor de seu governo e contra o STF e o Congresso.

Depois, desceu e caminhou para cumprimentar seus apoiadores que estavam em frente ao Palácio do Planalto. Ele não utilizava máscara.

## Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495

## Sua casa, os juros do BC e Bolsonaro - VINICIUS TORRES FREIRE

## **VINICIUS TORRES FREIRE**

Desde agosto do ano passado, a média das taxas de juros de mercado para financiamento de imóveis anda em torno de 7,7%, perto das mínimas históricas. A informação mais recente dessa estatística compilada pelo Banco Central é de abril. O custo do dinheiro para comprar casa vai ficar nessa paz? Hum. O custo de financiar um carro já começou a subir, na média.

O BC tem elevado a sua taxa básica de juros (Selic) de modo acelerado e o andar da carruagem pode ser ainda mais rápido. Em março, a Selic era de 2% ao ano. Na semana passada, foi a 4,25%. A expectativa era de que fosse a 6,5% no fim deste 2021. Na exposição de motivos para alta da Selic da semana passada ("Ata do Copom"), publicada nesta terça-feira (6), há indícios de que vá além, talvez 7%, isso se a **inflação** e riscos altistas não forem atenuados.

Uma alta de 5 pontos percentuais na Selic em 10 meses deve contaminar as taxas do financiamento imobiliário. Algum repasse haverá. Apesar de a competição dos bancos por clientes desse setor ter aumentado, o custo da "matéria prima" bancária, o "custo de captação", do dinheiro, terá dado um salto considerável. Mas a questão aqui não é futurologia sobre o mercado imobiliário, mas um exemplo menos abstrato de que o aperto monetário do Banco Central deve chegar ao varejo do crédito e, portanto, deve abalar perspectivas de crescimento em 2022, tudo mais constante.

O capital de giro do pequeno empresário vai ficar, além de salgado, azedo. Já encarecido por filas, alta de custos e restrições de produção, o carro vai ficar ainda mais caro por causa do financiamento. Etc.

Considerado o histórico de taxas de juros no Brasil, é muito improvável que essa campanha de altas da Selic chegue ao menos perto do nível onde essa taxa estava em novembro de 2016 (14% ao ano). Mas a alta vai pesar no ano que vem, em uma economia que mal terá recuperado as perdas de 2020, que ainda não recuperou as perdas de 2015-2016, que despiora em ritmo muito desigual e criando ainda mais desigualdade.

A "Ata do Copom" enfatizou que o BC pretende levar a **inflação** à meta de 3,25% em 2022 (a deste ano será

estourada além do teto). Além disso, explicitou que a diretoria discute aumentar o ritmo de altas da Selic, dos já rápidos 0,75 ponto percentual por reunião para (segundo especulação de gente mais animada na praça) 1 ponto já em agosto.

O fato de a dívida pública estar subindo menos (graças principalmente à **inflação**) e o dólar estar zanzando agora em torno de R\$ 5 não refrescam o cenário de **inflação**, pressionado ainda por eletricidade em alta, alta de custos da indústria (até por falta de insumos) e, claro, porque a economia se recupera mais rápido do que o esperado do buraco em que caiu em 2020.

Para que fique claro, a perspectiva de os juros talharem parte do crescimento é para o ano que vem, embora aqui e ali em 2021 vá se sentir o efeito direto do aperto monetário.

No "balanço de riscos" das perspectivas eleitorais de Jair Bolsonaro, pesam, pois, elementos novos. De um lado, a despiora rápida do PIB prevista para 2021 vai provocar grande alívio para boa parte da população. Por outro, a inflação da comida terá efeito duradouro sobre a renda dos mais pobres, a conta de energia vai pesar mais (afora a tensão da conversa sobre risco de racionamento) e, definitivamente, a alta de juros no atacado vai aparecer nos financiamentos do varejo. É mais incentivo para Bolsonaro apressar seus "pacotes sociais".

## Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495 67

# BC considerou aumentar ritmo de alta dos juros já na semana passada

## Larissa Garcia brasília

Em meio à escalada persistente dos preços, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central considerou elevar ainda mais a taxa básica de juros na reunião da quarta-feira (16), mas decidiu manter o ritmo e anunciou alta de 0,75 ponto percentual.

Na ocasião, a Selic foi a 4,25% ao ano, conforme sinalizado em maio.

"Diante da revisão da trajetória de política monetária implícita nas suas projeções, o Comitê avaliou uma redução mais tempestiva dos estímulos monetários [elevação de juros] já nesta reunião. Considerando os diversos cenários alternativos, o comitê entendeu que a melhor estratégia seria a manutenção do atual ritmo de redução de estímulos, mas destacando a possibilidade de ajuste mais tempestivo na próxima reunião", disse ata da reunião divulgada nesta terçafeira (22).

O comitê indicou nova alta na mesma magnitude para a próxima reunião, em agosto, para5%. O texto, contudo, não descartou uma elevação ainda maior caso as expectativas do mercado para a **inflação** - especialmente de 2022- continuem subindo.

A avaliação do mercado é que o BC ab riu caminho para uma elevação de 1 ponto percentual na próxima reunião caso o cenário se deteriore.

A autoridade monetária justificou que decidiu seguir o que havia sinalizado na reunião anterior para acumular informações sobre os próximos dados e as expectativas para a **inflação**.

Além disso, o BC esclareceu que o cenário pode mudar entre uma reunião e outra e a sinalização sobre os próximos passos do Copom pode ser revista.

"O compromisso inequívoco do Banco Central e com a convergência da **inflação** para a meta no horizonte relevante e os passos futuros da política monetária são livremente ajustados com esse objetivo, conforme novas informações se tomam disponíveis. Desse modo, indicações sobre a trajetória futura dos juros, sejam para a próxima reunião ou para o patamar final, são elementos úteis para a compreensão da função de reação da política monetária", afirmou o texto.

"As informações obtidas no período entre as reuniões do Copom modificam as hipóteses presentes no cenário básico e no balanço de risco, e naturalmente alteram a trajetória futura dos juros", completou.

O Comitê ponderou que, apesar da evolução recente mais positiva, os riscos fiscais continuam implicando um viés de alta nas projeções de **inflação**.

"Essa assimetria no balanço de riscos afeta o grau apropriado de estímulo monetário, justificando assim uma trajetória para a política monetária menos estimulativa do que a utilizada no cenário básico", destacou.

De acordo com o documento, o Copom considerou diferentes trajetórias para a taxa de juros. "O comitê observou que, caso não haja mudança nos condicionantes de <u>inflação</u>, elevações de juros subsequentes, sem interrupção, até o patamar considerado neutro implicam projeções em torno da meta de <u>inflação</u> no horizonte relevante." Isso significa que o BC deve levar a taxa básica até o nível considerado neutro, que não estimula nem contrai a economia. Nas reuniões passadas, a avaliação era que a atividade ainda precisava de estímulo e que esse ajuste seria parcial, ou seja, abaixo da taxa neutra.

Atualmente, a taxa de juros neutra gira em tomo de 6.5%.

"Sendo assim, tornou-se apropriada a normalização da taxa de juros para esse patamar. O comitê decidiu comunicar essa decisão, mantendo a transparência sobre a trajetória de política monetária implícita nas suas projeções e reafirmando que essa visão será sistematicamente reavaliada conforme ocorrem mudanças nos determinantes de inflação ou no balanço de riscos", disse a ata.

Senado aprova texto-base de MP que aumenta tributação sobre bancos

A proposta enviada pelo governo pretende compensara decisão de cortar **tributos** sobre dieseldemanda de caminhoneiros- e gás de cozinha. O texto eleva de 20% para 25%, durante o segundo semestre de 2021, a alíquota da CSLL (Contribuição Social

FOLHA DE S. PAULO / SP - PODER - pág.: A16. Qua, 23 de Junho de 2021 TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

sobre o Lucro Líquido) cobrada de bancos. A partir de 1º de janeiro de 2022, as alíquotas retornam ao patamar atual. Após passar pelo Senado, o texto volta para a Câmara.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495

67

## O presidente nervoso (3)

Opresidente Jair Bolsonaro mais uma vez agrediu um jornalista que estava no exercício de sua profissão. Bolsonaro estava em um evento militar em Guaratinguetá (SP) quando foi questionado por uma repórter de uma afiliada da TV Globo sobre o fato de ter sido multado em São Paulo por não ter usado máscara numa manifestação.

Era uma pergunta pertinente, considerandose o fato de que o presidente é o chefe de Estado e, como tal, deveria ser o primeiro a dar o exemplo, adotando a proteção facial, comprovadamente eficiente para reduzir o risco de contaminação, num país que poucos dias antes atingira a terrível marca de 500 mil mortos pela pandemia de covid-19. A pergunta enfureceu Bolsonaro.

"Olha, eu chego como eu quiser, onde eu quiser, está certo? Eu cuido da minha vida. Se você não quiser usar a máscara, você não usa", disse Bolsonaro, descontrolado. O presidente, aos gritos, mandou a jornalista calar a boca, chamou-a de "canalha" e disse que ela estava fazendo um "serviço porco".

Bolsonaro já demonstrou em diversas ocasiões seu profundo desapreço pela imprensa em geral, com exceção dos veículos bolsonaristas que o adulam. A um jornalista que o questionou, em agosto de 2020, sobre os depósitos do ex-assessor Fabrício Queiroz na conta da primeira-dama Michelle Bolsonaro, o presidente disse que sua "vontade" era "encher tua boca de porrada".

A nova demonstração de irascibilidade de Bolsonaro talvez se explique pelo contexto: além da terrível marca de meio milhão de mortos, há o crescente cerco da CPI da Pandemia, há a novidade das manifestações de rua contra o governo, cuja afluência tem sido cada vez maior, e há uma queda significativa de sua popularidade - que deriva não somente da administração irresponsável da crise, mas da alta da inflação e do desemprego. A pergunta sobre a máscara, que o lembra de suas responsabilidades como governante, teria sido a gota d'água que fez transbordar o nervosismo de Bolsonaro com um cenário muito adverso.

Mas é bom que o presidente vá tomando chá de camomila, porque as perguntas incômodas apenas começaram. Bolsonaro terá que explicar, por exemplo, por que seu governo comprou a vacina indiana Covaxin por um preço 1.000% superior ao que o fabricante anunciava seis meses antes, conforme

revelou o Estado.

Segundo a reportagem, o laboratório indiano Bharat Biotech ofereceu seu imunizante por US\$ 1,34 a dose, conforme telegrama secreto da Embaixada do Brasil em Nova Délhi. Em dezembro, outro telegrama dizia que a vacina custaria "menos do que uma garrafa de água". Ao fazer a aquisição do imunizante, por ordem de Bolsonaro, o Ministério da Saúde aceitou pagar US\$ 15 por unidade.

Ao contrário do que foi feito na negociação de outros imunizantes, a importação da Covaxin teve uma empresa intermediária, a Precisa Medicamentos, acusada de fraude com testes de covid e que tem como sócia uma empresa que é alvo de processo por não entregar remédios comprados pelo Ministério da Saúde. Por óbvio, a CPI da Pandemia quer saber por que, no caso da Covaxin, o governo recorreu a um intermediário - e um tão cheio de pendências judiciais.

Ademais, chamam a atenção a celeridade do governo para fechar negócio (foram 3 meses de negociação, contra 11 no caso da Pfizer), o alto preço pago (muito acima do inicialmente anunciado e bem superior ao da Pfizer, que vendeu por US\$ 10 a dose) e o fato de que a Covaxin foi adquirida sem ter passado por todas as fases de testes e sem ter aval da Anvisa - condições que Bolsonaro havia imposto para comprar "qualquer vacina". Em depoimento em poder da CPI, um servidor do Ministério da Saúde revelou ter havido "pressões anormais" para a compra da Covaxin.

É um escândalo, que se junta com destaque à extensa lista de delinquências do governo na gestão da pandemia e em outras searas. Bolsonaro pode continuar tentando intimidar jornalistas que se atrevem a lhe fazer perguntas, mas em algum momento, de um jeito ou de outro, terá que responder, mais do que às questões que lhe fazem, por seus atos.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

## A crise hídrica e o PIB - FÁBIO ALVES

## FÁBIO ALVES

A crise hídrica, que forçou o acionamento das usinas termoelétricas, cuja geração de energia é mais cara, já entrou nos cálculos de economistas e analistas para a **inflação** de 2021, mas seu impacto sobre o desempenho da atividade econômica no segundo semestre ainda não está sendo estimado.

Por enquanto, o mercado segue no escuro sobre como a crise hídrica vai afetar o fornecimento de energia e, por tabela, os níveis de operação da indústria e de outros setores da economia.

Isso porque, apesar de o governo ter descartado - e os especialistas do setor também consideram a possibilidade baixa - um racionamento de eletricidade, o risco de restrições na oferta de energia continuará pairando enquanto os níveis de chuva permanecerem abaixo do necessário.

Em relação à **inflação**, muitos analistas já estão trabalhando com a hipótese de que o patamar 2 da bandeira vermelha - o mais caro para a conta de luz dos consumidores - vai vigorar até o fim do ano. Há até o risco de esse valor ter um acréscimo, diante dos custos adicionais de geração.

A crise hídrica contribuiu para que as projeções de **inflação** em 2021 subissem rapidamente nas últimas semanas.

Na mais recente pesquisa Focus, o consenso das estimativas aponta para uma alta de 5,90% do IPCA neste ano.

Quanto ao desempenho da atividade econômica, as recentes previsões ainda refletem um otimismo gerado pelo resultado do **PIB** do primeiro trimestre deste ano, que cresceu 1,2% ante o último trimestre de 2020, enquanto a projeção do mercado era de alta de 0,70%.

Depois da divulgação do **PIB** do primeiro trimestre, houve uma rodada de revisões para o resultado de 2021, com as estimativas migrando para um crescimento acima de 5,0%.

Assim, a crise hídrica é um risco de alta para a **inflação** e de baixa para a atividade econômica. O que os analistas ainda não conseguem mensurar é o quanto uma eventual restrição de oferta de energia poderá afetar o **PIB**. Ninguém tem noção precisa de como serão ainda os próximos passos na gestão da

crise hídrica pelo governo, incluindo as estratégias para equilibrar consumo e oferta de energia.

De imediato, todavia, é possível dizer que a crescente discussão sobre eventual racionamento de energia elétrica poderá afetar, no curto prazo, a confiança de empresários e consumidores, o que pode, por tabela, prejudicar o investimento e o consumo.

Outra dúvida: se o preço da energia subir de forma mais drástica, com valores acrescidos às tarifas do patamar 2 da bandeira vermelha, poderia a indústria, por exemplo, reduzir sua produção em razão de o custo mais elevado da eletricidade desestimular a manutenção dos atuais níveis de operação?

O economista-chefe de um grande fundo de investimento explica que o repasse ou não de custos mais elevados da energia dependerá da elasticidade da demanda ao preço. Se for um bem com demanda mais sensível ao preço, como refrigerante, o repasse será menor.

Se for um bem com demanda muito inelástica, isto é, menos sensível, como remédios, o repasse será maior.

"Há um risco relevante de a crise hídrica limitar a melhora da atividade com a reabertura da economia prevista para o segundo semestre, com o avanço da vacinação contra covid", diz Igor Lima, gestor de ações da Trafalgar Investimentos.

Ele afirma ainda não prever decisão explícita de racionamento por parte do governo, como aconteceu em 2001.

"O ajuste poderá acontecer via preços, seja no mercado livre ou nas tarifas de energia, isto é, chegar a um ponto em que o preço da eletricidade poderá ficar tão alto que, para alguns setores da indústria, valerá mais a pena não operar." Segundo Lima, as ações de algumas empresas na Bolsa poderão ser afetadas negativamente dependendo de como o governo vai administrar a crise hídrica e a oferta de energia.

Além das empresas do próprio setor elétrico, Lima vê também um impacto negativo em indústrias com participação significativa da energia nos custos de produção, como a siderurgia.

Diante das incertezas, é prudente os economistas

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS - pág.: B04. Qua, 23 de Junho de 2021 ECONOMIA

ainda não levarem em conta as possíveis consequências da crise hídrica sobre o <u>PIB</u>. É duro ter de conter o otimismo justamente quando se avista uma luz no fim do túnel após a pandemia de covid ter causado tanto estrago.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

## Falta mão de obra qualificada - ZEINA LATIF

## **ZEINA LATIF**

A pandemia gerou um quadro heterogêneo no mercado de trabalho. A disparidade não se restringe a trabalhadores do setor privado versus o funcionalismo -este preservado na crise. Há também diferenças dentro do setor privado, de acordo com a carreira e o grau de preparo da mão de obra.

Pelo grau de escolaridade, nota-se que o número de ocupados com maior instrução (ensino superior completo e incompleto) cresceu 1,8% ante recuo de 12,4% entre os menos instruídos (ensino fundamental incompleto em diante); e houve sensível aumento do rendimento efetivo, de 10% ante 3,6% na média dos menos escolarizados -segundo a PNAD-IBGE.

A reativação mais sincronizada da economia, por conta do avanço da vacinação, tende a reduzir as disparidades, mas não a eliminá-las. O motivo é a aceleração no uso de tecnologias modernas na pandemia, combinada a uma mão de obra despreparada para a nova realidade digital, além dos jovens fora da escola. Por um lado, ocupações associadas a novas tecnologias estão valorizadas, em meio à falta de técnicos especializados. Por outro, algumas ocupações tradicionais não sofisticadas porta de entrada para muitos no mercado de trabalho estão encolhendo devido à busca das empresas por ganhos de produtividade.

A pesquisa Salariômetro da Fipe, que contribui para captar a situação da mão de obra mais treinada (sindicalizada), aponta que as negociações coletivas em abril resultaram em reajuste salarial mediano de 6%: 6,9% nas convenções (englobam toda uma categoria de trabalhadores) e 5,6% nos acordos coletivos (atingem trabalhadores de uma empresa representados por sindicato), onde as condições das empresas ganham relevo na negociação. Apesar de não compensar a **inflação** passada de 6,9% pelo INPC - em 59,7% das negociações isso não foi possível -, o resultado pode ser considerado favorável para os trabalhadores, principalmente considerando que a expectativa de **inflação** para os 12 meses seguintes estava abaixo de 4%.

Vale também citar a alta de 6,5% no custo da mão de obra na construção civil no início de junho, segundo a FGV.

Essas cifras sugerem que a ociosidade de mão de obra -um fator que limita correções salariais, pois reduz o poder de barganha dos trabalhadores - não é tão elevada como sugerido pelo desemprego recorde. Não é certamente para ocupações de maior treinamento e qualificação.

Para aquelas de menor exigência técnica, a ociosidade pode ser menor do que se imagina, simplesmente porque muitos indivíduos não são aptos para os postos de trabalho. Isso significa, na linguagem dos economistas, que o desemprego estrutural - aquele que é crônico e não oscila com a conjuntura -aumentou por conta das maiores exigências do mercado de trabalho e da piora da qualidade da mão de obra (capital humano). Muitos não conseguirão emprego.

Nesse contexto, será maior a pressão para reajustes salariais conforme a economia se recupera, o que aumenta o desafio do Banco Central para cumprir as metas de <u>inflação</u> (3,75% para 2021 e 3,5% para 2022). O argumento de que o desemprego elevado prolongado ajudará a conter a <u>inflação</u> precisa ser ponderado.

O reduzido capital humano compõe o enredo de um país que tem baixo potencial de crescimento, e que, consequentemente, sofre com maior risco inflacionário. As falhas nas políticas públicas de educação cobram seu preço, e as respostas do governo à cri se da pandemia ignoram esse aspecto.

O Brasil precisa vencer os tabus que emperram o debate público acerca da educação técnica vocacional. Alguns alegam que significaria dar tratamento diferenciado para ricos e pobres, e também não se estaria formando cidadãos, mas apenas mão de obra No entanto, boa formação profissional e empregabilidade são os primeiros passos da cidadania, sendo que bons cursos técnicos vocacionais facilitam o acesso ao mercado de trabalho e a boas remunerações. É importante oferecer aos estudantes a possibilidade de optar por diversas áreas de formação, reconhecendo suas diferentes trajetórias e interesses -ensina Simon Schwartzman.

Estamos atrasados na comparação mundial, pois 8% dos estudantes no ensino médio frequentam curso

vocacional ante 32% na OCDE. Para curso técnico subsequente, as cifras são 11% e 42%, respectivamente.

Programas que estimulam o consumo das famílias são fáceis de implementar e têm apoio político. Difícil mesmo é formar cidadãos.

"O reduzido capital humano compõe o enredo de um país de baixo potencial de crescimento e que sofre com maior risco inflacionário"

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

## Analistas já preveem crescimento do PIB de até 5,8%



CAROLINA NALIN carolina.nalin@infoglobo.cotn.br

A melhora da atividade econômica e o avanço da campanha de vacinação contra a Covid-19 têm levado analistas a revisarem para cima as projeções de crescimento da economia para este ano. O otimismo com a retomada é baseado na premissa de que a maior oferta de imunizantes possibilitará o cumprimento das expectativas de que toda a população adulta esteja vacinada no início do quarto trimestre.

O resultado previsto deverá ser o retomo mais rápido que o esperado anteriormente das atividades presenciais, como as do setor de serviços prestados às famílias, muito afetados pelas restrições de mobilidade necessárias para conter a pandemia. A expectativa, contudo, ainda é modulada por uma série de incertezas. O possível impacto da crise hídrica na atividade, os custos de produção ainda elevados, além de **inflação** e desemprego em patamares altos, podem dificultar a retomada.

Entre as mais otimistas, a Genial Investimentos revisou sua previsão de crescimento do <u>PIB</u> neste ano de 4,3% para 5,8%. José Márcio Camargo, economista-chefe da corretora, lembra que, além do aumento da taxa de investimentos -que impulsionou a alta da atividade no primeiro trimestre e pode indicar uma retomada mais sustentável da economia ao tornála atraente ao capital privado -o setor de serviços tende a se recuperar de forma mais robusta com a aceleração do ritmo de vacinação.

- Era esperado um aumento na oferta de vacinas quando os Estados Unidos, principalmente, já tivessem grande parte da população vacinada, permitindo que o processo de imunização avançasse em outros países. A hora que o setor de serviços voltar a funcionar a pleno vapor, a demanda será muito rápida e forte, e o desemprego deve começar a cair, com a geração de postos de trabalho informais afirma o economista.

## ALTA ATÉ O FIM DO ANO

Para ele, neste ano, a crise hídrica deve afetar somente o custo da energia e as expectativas de **inflação**. Já em 2022, há um risco de racionamento que não pode ser descartado.

- Se continuarmos com o problema hídrico e tivermos racionamento no ano que vem, isso reduzirá o crescimento do <u>PIB</u>. Vamos ter que olhar com muito cuidado - diz Camargo, que prevê crescimento de 2,5% em 2022.

Julia Gottlieb, economista do Itaú Unibanco, explica que a projeção de crescimento da economia foi revisada de 5% para 5,5% após a alta de 1,2% do <u>PIB</u> no primeiro trimestre. Entre os fatores, estão o avanço da vacinação, a normalização da taxa de poupança (beneficiando o consumo) e o contínuo processo de crescimento da economia global:

- O **PIB** continuará crescendo no segundo, terceiro e quarto trimestres. Alguns setores, em particular os mais sensíveis às restrições, como bares, restaurantes, hotéis e também os serviços de administração e educação pública, ainda estão em níveis deprimidos. Eles são cerca de 30% do **PIB** e tendem a se recuperar nos próximos trimestres, à medida que a vacinação permitir maior mobilidade.

A projeção da XP Investimentos para o **PIB** também foi revisada para cima, passando de 4,1% para 5,2% para este ano. Caio Megale, economista-chefe da corretora, explica que já considerava a aceleração da vacinação no segundo semestre, mas o ganho de robustez neste processo pode levar a uma retomada mais rápida dos serviços, setor que mais emprega na economia:

-A antecipação do calendário ajuda um pouco, porque tem setores que ainda estão fechados. Nos Estados Unidos, onde a população j á está mais vacinada, os estádios estão cheios e os restaurantes, com dificuldades de contratar. Este fim de semana houve excesso de demanda por voos domésticos, e as empresas colocariam mais voos, só que não tinham pessoal para trabalhar.

## IMPULSO AO CONSUMO

Megale acredita que o mesmo acontecerá no Brasil:

-O crescimento do segundo semestre será mais puxado pelo setor de serviços e vamos ver uma melhora do desemprego, sendo um impulso adicional para o consumo.

A gestora Armor Capital também revisou a projeção de **PIB** para 2021, de 4,5% para 5,5%. Andréa Damico, economista-chefe da empresa, explica que a resiliência da atividade econômica foi o que mais influenciou a revisão, já que o avanço do calendário de vacinação é ainda recente para pesar nas estimativas:

- Pode até ajudar um pouco, mas vejo que o principal fator foi a resiliência da economia diante da segunda onda (de Covid-19) e da ausência do auxílio no primeiro trimestre.

Por outro lado, alguns riscos importantes permanecem no radar, afirma Andréa:

- Sem dúvida, a crise hídrica ainda é um risco grande. Por ora, vemos mais impacto sobre os preços, mas há o risco de racionamento. Além disso, há os problemas das cadeias produtivas com a falta de insumos, que é uma questão global.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

## Projeções otimistas para este ano não "contaminam" cenário de 2022

Anais Fernandes, Victor Rezende e Arícia Martins De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186926?page=1&section=1

### Site

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186926?page=1&section=1

# MB vê impacto menor de 3°onda e eleva PIB a 4,7%

## Arícia Martins De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186926?page=1&section=1

## Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186926?page=1&section=1

## O recente debate fiscal (2)

## Por Gilberto Borça Jr.

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186926?page=1&section=1

### Site

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/1 86926?page=1&section=1

# Mercado de trabalho fraco aprofunda a desigualdade (3)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186926?page=1&section=1

## Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186926?page=1&section=1

## Subsídios agrícolas globais continuam a crescer

## Assis Moreira De Genebra

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186926

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186926

# Líder de mercado, Banco do Brasil vai ofertar R\$ 135 bi

## Fabio Murakawae Rafael Walendorff Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186926

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor\_pro=1#/edition/186926